

POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS: A Loucura Na Stultifera Navis De Bosch.

Kamilla Dantas Matiasⁱ

RESUMO: O louco é uma personagem social que foi enclausurada no interior do exterior e manifesta sua demência de acordo um modelo de desvio definido em conformidade com as tradições culturais próprias à sociedade na qual se originou. Um procedimento em relação aos loucos aparece com frequência nas criações literárias e artísticas do final da Idade Média: a deportação. À margem do mundo habitado, a Idade Média nos legou a célebre imagem da **nave dos loucos**, embarcação que trazia a bordo homens e mulheres expurgados do convívio cotidiano com as pessoas “normais”. Subordinado a convenções estéticas e conceituais próprias ao seu tempo, mas, por outro modo, orientado por um impulso criador resultante da sua experiência individual, o artista dedicado a registrar, por meio de seu trabalho, a imagem da nave, fez alocar pessoas em seu interior.

Palavras- chave: Loucura; Nau dos Loucos; Hieronymos Bosch.

Furor, mania, loucura, alienação, demência, insanidade, o comportamento dito *anormal* tem inúmeras designações. A loucura é considerada o oposto da razão. Perda do juízo, domínio das paixões, desordem do pensamento, devaneio do espírito, múltiplas são as imagens dessa *doença* que atinge o homem desde tempos imemoriais.

Tanto para os indivíduos como para as sociedades, a doença é algo maléfico, que deve ser evitado, enquanto a saúde é benéfica e objeto de desejo. Instado a pensar uma distinção entre *normal* e *anormal*, Durkheim propõe que o estado de saúde só pode ser estabelecido a partir de uma relação com as circunstâncias mais comuns de uma sociedade, e, em contrapartida, o afastamento dessas circunstâncias poderia ser a indicação de um comportamento patológico. Entretanto, pela perspectiva durkheimiana, uma doença só tem valor e realidade em um meio que a reconhece como tal. E, “as condições da saúde e da doença não podem ser definidas *in abstracto* e de maneira absoluta”.ⁱⁱ

A doença é marginal por natureza e os doentes – os doentes mentais, em especial – não estão em conformidade com as normas de uma determinada sociedade. Para Roger Bastide, contudo, definir a loucura como um modelo desviante de uma média geral exclui inúmeras outras variantes. A adaptação social não é critério de saúde e, tampouco, ser um desviante social significa ser um doente mental.

Quando os sociólogos franceses estudavam fatos de “marginalismo”, termo que entre nós corresponde *grosso modo* ao anglo saxão *deviance*, eles classificam entre os marginais os migrados ainda não enraizados, os criminosos, as prostitutas, os vagabundos, assim como os doentes mentais. Ainda aqui, certamente, o vagabundo pode ser um fraco de espírito, o criminoso um paranoico, como o imigrante pode passar, em certa etapa da sua vida, por uma crise de neurose; o marginalismo não se confunde, entretanto, com a anormalidade psiquiátrica.ⁱⁱⁱ

O termo *normal* como sinônimo de saúde parece, então, ser utilizado de forma equivocada – estar dentro da “norma” não é sinônimo de ser “normal”. Georges Canguilhem afirma que o ajustamento ao meio não pode servir de único critério de normalidade e que o homem são é aquele que sabe se portar independente das coações ou direcionamentos nos quais se insere.^{iv}

Ter um tipo de comportamento desviante não é suficiente para que uma pessoa seja reconhecida socialmente como louca. O desvio pode ser interpretado como rebeldia, heresia ou crime. Para ter acesso ao palco da loucura o sujeito deve manifestar sua demência de acordo com o modelo desviante tradicional na sociedade que a originou. “A loucura seria ao mesmo tempo *cópia* e *desvio* em relação à sociedade que lhe dá origem. [...] *cópia* ao nível da estrutura da doença e *desvio* ao nível do *comportamento* do doente”.^v

Tais perspectivas, no entanto, negligenciam o que a doença tem de positivo e real, da maneira como ela se apresenta na sociedade. Existem doenças que são reconhecidas e que, mesmo assim, adquirem status e função social, conferidos pelo grupo que a revela. A patologia não é um desvio de um tipo cultural, mas sim um dos elementos constitutivos e uma das manifestações desse tipo. Para Michel Foucault,

na realidade, uma sociedade se exprime positivamente nas doenças mentais que manifestam seus membros; isto, qualquer que seja o status que ela dá a estas formas mórbidas: que os coloca no centro de sua vida religiosa como é frequentemente o caso dos primitivos, ou que procura expatriá-los situando-os no exterior da vida social, como faz nossa cultura.^{vi}

Nem sempre a loucura foi o oposto da razão e nem sempre foi considerada maléfica. As sociedades parecem individualizar os seus “doentes mentais”, atribuem-lhes funções distintas e criam modos específicos de ser louco. Mas a chamada loucura

nem sempre foi uma doença. Um retorno às bases da filosofia ocidental permite encontrar reflexões sobre a loucura que sustentam tal pensamento.

Platão, por exemplo, faz elogios a certos tipos de loucura – especialmente àquelas que têm sua origem em um favorecimento divino. Platão entendia que alguns tipos de loucura poderiam ser legítimas e vizinhas à razão. As alusões platônicas à loucura revelam uma atitude que não a desqualificava; pelo contrário, a valorizava na medida em que ela estivesse associada ao divino, como salienta Pelbart:

Numa etimologia considerada hoje infundada, Platão associa delírio ou loucura (mania) à arte divinatória (*mantikê*). Segundo ele, os antigos (provavelmente refere-se à Grécia arcaica) viam-se no delirante (*manikê*) um adivinho, enquanto os modernos (seus contemporâneos) teriam introduzido um *t* no *manikê*, forjando o termo *mantikê* para designar divinatório, diferenciando-o do delirante. Ou seja, na origem, “divinatório” e “delirante” eram nomeados por uma mesma palavra porque eram uma única coisa. Donde a conclusão, mais geral, de que é preferível o delírio que vem de um deus ao bom senso de origem humana.^{vii}

Sócrates em *Fedro*, de Platão, distingue a loucura humana e a loucura divina. A primeira seria produzida pelo desequilíbrio do corpo, o que provoca o desequilíbrio do espírito; a outra, que tem por origem um “impulso” divino, afasta o ser dos seus hábitos cotidianos. Essa última, Sócrates, esmiúça com maior interesse. Para o filósofo, existem quatro espécies de loucura divina, correspondentes, cada uma, a uma divindade: a profética (Apolo), a ritual (Dionísio), a poética (as musas) e a erótica (Afrodite). A mais graciosa seria a última, pois conduz à filosofia.

Não existe conflito entre Apolo e Dionísio, pelo contrário. Existe a *mania* como origem comum. As sacerdotisas dionisíacas chegavam a uma verdade profética por meio de uma ritualística que as faziam entrar em *delírio*. O dionisíaco leva ao apolíneo e a partir do delírio e da loucura pode-se chegar ao “conhecimento”. Em suma, a sabedoria nasce do delírio. Por outro lado, Apolo também poderia servir a Dionísio. O Labirinto do Minotauro pode servir como ilustração, como ressalta Pelbart:

O Labirinto era o símbolo do *logos* em seu deslize para o *semainein*, isto é, da palavra que afirma para aquela outra palavra, ambígua, polivalente, tortuosa e imbricada, que seduz e desnorteia aqueles que nela se embrenham, entregando-os à desrazão do qual o Minotauro é o símbolo maior. No interior da palavra labiríntica os homens sempre acabam nas mãos do monstro insensato. O monumento do *logos*, obra-prima apolínea, não serve a Apolo, mas a Dionísio. Paradoxalmente, a arte, o engenho, a inteligência e a razão estão a serviço do selvagem,

do monstruoso e do irracional. A palavra, que deveria salvar o homem da selvageria, o sacrifica ao deus silvestre.^{viii}

Pensamento e loucura não são incompatíveis e excludentes. Não há contradição entre Apolo e Dionísio, sabedoria e delírio, mania e logos. Há saber inserido na *mania* grega. A dimensão do saber inerente à profecia *mântica* não era desqualificada pelos gregos, tinha um efeito de verdade. Não havia contrário para o *logos* grego. A desrazão não entrava em conflito com a razão. Apolo e Dionísio eram elementos constitutivos um do outro.

Entre as funções do culto dionisíaco, *Coribantes* a partir do século V, estava a “cura” da loucura. Com danças orgiásticas, ao som de timbales e flautas, em um processo de catarse coletiva, a loucura era “exorcizada”. O louco grego está possuído por um *Daimon*, uma força divina. A mania havia sido provocada por uma relação conflituosa com um deus e a “cura” consistiria numa reconciliação com a divindade. O deus deve permanecer em seu campo sagrado e a perturbação não pode ser totalmente excluída, ressalta Dodds:

A Pítia tornou-se *entheos*, plena do Deus: o Deus entrou nela e se serviu dos seus órgãos vocais como se fossem seus, exatamente como é feito “o controle” nos médiuns espíritas modernos. Isto por que, o discurso délfico de Apolo são sempre feitos na primeira pessoa, jamais na terceira.^{ix}

Para Dodds, não há dúvidas de que, ao longo da antiguidade, os dons da Pítia foram atribuídos à possessão. Os “pais da Igreja”, inclusive, não questionaram essa ideia. Mas já nos séculos iniciais da Idade Média atributos essenciais à filosofia grega, como *Daimon* e *energei* (energia), ganharam novos significados no mundo cristão.

A loucura na Idade Média

Nos séculos finais da Idade Média, a sociedade europeia assistiu à difusão de duas interessantes correntes de pensamento relativas ao fim do mundo, como ressalta Le Goff:

uma otimista, que acreditava na proximidade do advento de uma idade de paz e felicidade, depois das atribulações da grande peste e do grande cisma e de algumas provações finais, em especial uma batalha decisiva contra os turcos; outra, pessimista, que pregava a iminência

do castigo e o fim do mundo, não deixando escolha, além de um urgente arrependimento.^x

Resulta, de qualquer maneira, dessas correntes de pensamento, a difusão de uma perspectiva escatológica que está na base, segundo Foucault, da expansão dos fenômenos de loucura. Para os homens da Idade Média, a loucura indica que o fim dos tempos e do mundo está próximo, que a humanidade está próxima do seu último ato: “É a demência dos homens que a invoca e a torna necessária”^{xi}

A Idade Média ocidental parece conservar, sobretudo, a ideia de que a doença física ou mental, bem como a moral, é resultante de perturbações exteriores, provocada por agentes - muitas vezes até sob formas materiais – pertencentes ao mundo sobrenatural que podem ser benéficos ou maléficos.

Segundo Phillippe Ménard, o louco é um ser que vive à margem da sociedade medieval.^{xii} A sua alienação se configura em uma ruptura, uma separação dos outros homens. O doente mental é, muitas vezes, objeto de ações que parecem contraditórias. O corpo social exprime “repulsa, pavor, curiosidade e divertimento, compaixão ou, também, respeito pelo ente marcado por um sinal sobrenatural”^{xiii} Associado ao conceito mágico de loucura, o insano assume a queda do homem, suporta o castigo aplicado a todos e, possuído por um espírito maligno, é uma espécie de bode expiatório. Por outro lado, no Ocidente cristão, o demente pode ser um “poeta clarividente”, escolhido de Deus, que enxerga além do que os outros podem ver, conhecedor dos mistérios da humanidade e que sabe previamente o destino dos homens. Ou, ainda, um ser desregrado dos sentidos e dos costumes, como salienta Blum:

Vitima do momento, entrega-se à “gloutonie”, à “luxure”, ao “orgoel”, à “felonie”. Ignora a lei, tanto a divina como a social. Essa atitude [a loucura] pode ir da rebelião aberta contra a sociedade à falta de decência, ou até ao senso das conveniências. À longa linhagem de loucos naturais começa a acrescentar-se o essencial dos pecados e dos vícios que ela disfarça com que chamaríamos hoje o associal, o rebelde, o desequilibrado, seja o louco um idiota, um cretino, um “crédulo”, um “endemoninhado”, um “desregrado” ou um louco penitente.^{xiv}

A loucura fascina o homem medieval. O ser que sofre da doença mental libera a animalidade que foi domesticada pelos valores e símbolos humanos e enfeitiça “o homem com sua desordem, seu furor, sua riqueza de monstruosas impossibilidades, é ela quem desvenda a raiva obscura, a loucura estéril que reside no coração dos

homens”.^{xv} É a liberdade sem limites, sem as amarras dos costumes e das leis morais. O louco vive em um mundo que só é reconhecido por outro marcado como seu igual.

Por outro lado, a loucura é um saber. Um saber difícil, fechado, esotérico, confiado àquele que pode detê-lo em sua inocência. Enquanto o homem sábio apenas reconhece partes do saber, o louco o carrega por inteiro. O demente detém o conhecimento maravilhoso como que encerrado em uma bola de cristal, invisível aos comuns mas dotado de inúmeros significados para aquele que o guarda. Mas, qual é o saber do louco? Foucault responde: “uma vez que é o saber proibido, prediz ao mesmo tempo o reino de Satã e o fim do mundo; a última felicidade e o castigo supremo, o todo poder sobre a terra e a queda infernal”.^{xvi} São segredos que a humanidade ainda não tem a possibilidade de entender e suportar. Ressalta Menard:

A sabedoria dos homens sensatos tem vista curta, enquanto que, a dos loucos, vê mais alto e mais longe [...]. Aparentemente estranho ao mundo dos homens, o louco está em contato com as grandes forças da natureza, com o mundo invisível, com os seres de cima. Ele entrevê as coisas escondidas. Participa dos grandes mistérios do universo.^{xvii}

Em geral, os loucos tinham uma existência errante. As cidades os escorraçavam para além de seus muros, para que vivessem nos campos distantes. Porém, há registros na contabilidade de cidades medievais que revelam a preocupação com os dementes, principalmente com os considerados perigosos. Donativos eram oferecidos aos insanos e as municipalidades construía casas ou cabanas para os seus doidos em lugares erguidos fora das muralhas e assumiam as despesas com alimentação, vestuário, ferros, fechaduras e jaulas. O doente poderia ser encerrado, também, no “espaço sagrado do milagre”, de modo que as questões da exclusão e da cura se encontravam unidas.

É possível distinguir dois movimentos, diferentes, todavia análogos, na sociedade medieval. O primeiro de exclusão no exterior, para além dos muros; e, o segundo, de exclusão no interior. Segundo Ménard, os próprios loucos procuravam, por vezes, se refugiar da convivência social. Uma das características mais marcantes do louco medieval é a do vagar incessante. Os alienados costumavam andar solitários pelos campos.

O louco pertence a uma geografia semirreal e semi-imaginária, um lugar de *passagem* entre o mundo real e um mundo paralelo. Para Foucault trata-se de uma

situação simbólica e realizada ao mesmo tempo pelo privilégio que se dá ao louco de ser *fechado* às *portas* da cidade: sua exclusão deve encerrá-lo; se ele não pode e não deve ter outra *prisão* que o próprio *limiar*, seguram-no no lugar de passagem. Ele é colocado no interior do exterior, e inversamente. Postura altamente simbólica e que permanecerá sem dúvida até os nossos dias, se admitirmos que aquilo que outrora foi fortaleza visível da ordem tornou-se agora castelo da nossa consciência.^{xviii}

O período medieval também atribuiu um lugar especial à loucura na hierarquia dos vícios. Ela impera sobre tudo que existe de mal no homem, se apresenta no “mediocre ridículo dos homens”. Externa as fraquezas, os sonhos e as ilusões. É um “espelho que, nada refletindo de real, refletiria secretamente, para aquele que nele se contempla, o sonho de sua presunção”.^{xix}

A Nau dos Loucos

As diferentes concepções e experiências com a loucura foram reproduzidas, desde o final da Idade Média, na literatura e em pinturas, dentre as quais se destaca o quadro da Nave dos Loucos de Hieronymos Bosch.

Bosh nasceu Hieronymos Van aken, de uma família tradicional de pintores, na cidade de ‘sHertogenbosch, na região do Flandres, região predominantemente urbana e dedicada ao comércio e à produção têxtil. Bosh não deixou cartas ou diários. As informações sobre sua vida podem ser encontradas nos arquivos municipais e nos livros de contas da confraria de Nossa Senhora, com a qual manteve estreitas relações e para a qual realizou diversos trabalhos, devidamente registrados nos livros de finanças. Com base nesses registros pode-se datar a morte do pintor: no dia 9 de agosto de 1516 foi realizada uma missa pela sua alma.

Produzido, provavelmente, entre 1485 e 1500, o quadro da Nau dos Loucos apresenta como figuras centrais três religiosos (duas freiras e um frade), que se divertem com um grupo de camponeses em um estranho barco. O barco tem por mastro uma árvore e um galho lhe serve de leme. À direita, visualiza-se um louco, sentado no cordame.

Figura 1 -.Stultifera navis.de Hieronymus Bosch (Óleo sobre madeira. 55 X 31,5 cm).



Fonte: Museu do Louvre - Paris.

Para Foucault, a árvore que substitui o mastro remete à árvore do saber, da imortalidade, do pecado, que “outrora plantada no coração do paraíso terrestre, foi arrancada e constitui agora o mastro do navio dos loucos”^{xx} Para Bosing, trata-se de uma alusão às festas e rituais de primavera, durante os quais camponeses e clérigos “se juntavam para se divertirem e se dedicarem a devassidões”^{xxi}.

Um bandeira rosa, que flamula no “mastro” da embarcação, ostenta a figura do quarto crescente, com a qual se representava os povos islâmicos. Estabelece-se aí, na opinião de Bosing, uma clara vinculação entre loucura e distanciamento da vida cristã. “Os turcos e os seguidores do falso profeta Maomé que dominavam a maioria dos santuários da cristandade eram, para os contemporâneos de Bosch, o símbolo dos inimigos de Cristo”.^{xxii}

Empoleirada na árvore se encontra uma coruja. Símbolo da morte e do saber, a coruja é a ave de Atena, deusa grega da sabedoria, “símbolo do conhecimento racional – percepção da luz (lunar) por reflexo – em oposição ao conhecimento intuitivo – percepção direta da luz (solar)”.^{xxiii} Ela espreita os corações pecaminosos dos condenados.

Em a Nau dos Loucos, as freiras e o frade negligenciam as obrigações religiosas e se entregam aos prazeres mundanos. A crítica às freiras e aos frades imorais eram frequentes na obra do pintor e os vícios típicos dos conventos – como luxúria e gula – foram por ele amplamente denunciados. No quadro, o frade e uma das freiras cantam, enquanto a outra feira toca um instrumento que parece ser um pequeno alaúde, instrumento amplamente utilizado, durante a Idade Média, para acompanhar as danças folclóricas. Vislumbra-se aí uma associação entre o paganismo, com suas atividades consideradas insanas ou fora do normal, e loucura. Por outro lado, casais fazendo música juntos aludem, aos jogos amorosos medievais e, portanto, ao pecado da luxúria.

Já as imagens do prato de cerejas sobre a mesa, do tonel no fundo do barco e do jarro que voa sobre a embarcação, são representativas do vício da gula. Do mesmo modo, pode-se visualizar a presença do pecado da gula no camponês que tenta tirar um pato assado amarrado ao mastro; no homem que parece passar mal ao fundo, e nas atitudes dos dois homens nus que aparecem ao lado do barco, um deles a pedir que encham com vinho a sua malga vazia.

Finalmente, sentado no cordame de sustentação do mastro, está o louco, um bufão que brinca com as coisas sérias. Com seu barrete de bobo, enfeitado com orelhas de burro, ele é, na opinião de Heers, o eixo moralizador da obra, pois ironiza e revela a estupidez humana:

Na proa, empoleirado na árvore, um homem vestido com o fato dos possessos e enfarpelado com todos os seus atributos, bebe e come de sua tigela, com a maior tranquilidade: é ele de facto o único com juízo naquele caixão que só transporta loucos.^{xxiv}

Bosch expõe o homem em sua inteireza, traz à luz a sua natureza secreta, sua “loucura estéril”. Com seus passageiros imersos no pecado e distantes das leis de Deus, a Nau dos Loucos se dirige ao Juízo final. Tributário de uma visão religiosa e moralizadora, o pintor propõe, com seus quadros, a associação entre loucura, fraquezas e ilusões humanas. Interpretar suas pinturas a partir de uma perspectiva psicanalítica é

uma atitude no mínimo anacrônica. Somente uma abordagem histórica e antropológica poderão dar conta de esclarecer o significado dessas obras para o autor – orientado pelo desejo de divulgação de conteúdos ético-religiosos – e para a sociedade da época.

ⁱ Mestranda em História - Universidade de Coimbra (UC)

ⁱⁱ DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 59

ⁱⁱⁱ BASTIDE, Roger. *Sociologia das doenças mentais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, pp. 80-81

^{iv} CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

^v PELBART, Peter Pál. *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 201

^{vi} FOUCAULT, Michel. *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2000. p.74

^{vii} PELBART, *op. cit.*, p. 25.

^{viii} PELBART, *op. cit.*, p. 30.

^{ix} DODDS, E.R. Délires inspirés d'Apollon, de Dionysios, de Muses. In: PLATON. *Phédre*. Paris: Presses Pocket, 1992, p. 196.

^x LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2010, p. 350.

^{xi} FOUCAULT, M. *História da Loucura: Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 17.

^{xii} MENARD, Phillipe. Les fous dans la société médiévale. Le témoignage de la littérature au XII et au XIII siècle. *Romania*, v.98, n.4, 1977

^{xiii} HEERS, J. *Festas de loucos e carnavais*. Lisboa: Dom Quixote, 1987, p. 110.

^{xiv} BLUM, Claude. A loucura e a morte no imaginário coletivo da Idade Média e do começo do Renascimento (séculos XII e XVI). In: BRAET, Herman e VERBEK, Werner. *A morte na Idade Média*. São Paulo: EDUSP, 1996. pp. 286-287

^{xv} FOUCAULT, M. *História da Loucura: Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 20.

^{xvi} FOUCAULT, M. *História da Loucura*, p. 21.

^{xvii} MENARD, Phillipe. Les fous dans la société médiévale. Le témoignage de la littérature au XII et au XIII siècle. *Romania*, v.98, n.4, p. 458, 1977.

^{xviii} FOUCAULT, M. *História da Loucura: Idade*, p.12. Grifo do autor

^{xix} FOUCAULT, M. *História da Loucura: p. 24*

^{xx} FOUCAULT, M. *História da Loucura: Idade*, p. 21

^{xxi} BOSING, W. *Hieronymos Bosch: cerca de 1450 a 1516*. Entre o céu e o inferno. Paisagem, 2006, p. 30

^{xxii} BOSING, W. *Op. cit.*, p. 18

^{xxiii} CHEVALIER, J. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 2002, p. 293.

^{xxiv} HEERS, J. *Op. Cit.*, p. 117.